



Nota dos povos e comunidades tradicionais do Paraná sobre o brutal assassinato do jovem indígena Everton Lopes Rodrigues

Nós, reunidos em Curitiba/PR para realização da oficina “Povos Tradicionais, Crise Climática e Caminhos de Luta”, manifestamos nosso pesar e solidariedade ao Povo Avá-Guarani pelo assassinato cruel de mais um indígena no município de Guaíra/PR, o jovem Everton Lopes Rodrigues, filho do cacique Bernardo da Tekoha Yvyju Awary.

Exigimos a realização de uma investigação completa, rápida e comprometida das autoridades Estaduais e Federais, para que os culpados por esse crime brutal sejam devidamente responsabilizados. A violência não pode ficar impune.

É preciso também fortalecer as medidas de proteção e prevenção, para que novos episódios de violência não ocorram. Tendo em vista as ameaças deixadas pelos executores, exigimos das autoridades competentes que enviem reforços às aldeias indígenas do oeste do Paraná, fortalecendo medidas de proteção, com especial atenção ao transporte das crianças indígenas para a escola e dos trabalhadores indígenas no deslocamento aos seus locais de trabalho.

Lembramos que os ataques e violência aos indígenas Avá-Guarani no Paraná tem acontecido repetidamente e é urgente que essa situação de extrema violação de direitos seja enfrentada pelas autoridades. O Estado brasileiro e o Paraná têm uma dívida histórica com o Povo Avá-Guarani, que foi expulso de seu território ancestral e até hoje não teve os seus direitos territoriais devidamente reconhecidos. Assim, a demarcação dos territórios indígenas é não somente necessária, mas urgente, devendo ser prioridade dos órgãos públicos.

Além disso, é essencial a efetivação rápida do acordo emergencial firmado entre os Avá-Guarani e Itaipu Binacional, a Fundação Nacional do Índio (Funai),

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Advocacia-Geral da União (AGU) e Ministério de Povos Indígenas, no qual a Itaipu se compromete a adquirir de forma emergencial 3 mil hectares de terras no Oeste do Paraná como forma de reparação parcial pelos danos causados durante a construção da hidrelétrica. É essencial que as etapas de avaliação e compra das terras avancem, com rapidez e empenho de todos os órgãos envolvidos.

Reunidos aqui, repetimos: **“sangue indígena, nenhuma gota a mais!”**

Assinam este documento:

1. Cacique Cornelio Veravy Alves, Tekoha Vy a Renda, Santa Helena/PR, Território Guasu Okoy Jacutinga, e conselheiro do CEPI-PR
2. Cacique Izaías Benites, Tekoha Arakoe, Terra Roxa/PR, Território Guasu Guavira, e conselheiro do CEPI-PR
3. Hilmar Caceres, Tekoha Arakoe, Terra Roxa/PR, Território Guasu Guavira.
4. Raquel Soleda Martins Rodrigues, representante da Tekoha Karumbey, Guaíra/PR, Território Guasu Guavira.
5. Associação Remanescente de Quilombos de Gramadinho/PR e região
6. AUETO - Coletivo de lideranças adeptos e praticantes das Culturas de Matriz Africana e Afrobrasileira.
7. Comunidade de Remanescentes de quilombos rurais de Rio Verde
8. Quilombo Invernada Paiol de Telha
9. Coletivo Paiol das Artes
10. Terra de Direitos
11. Comunidade Quilombola Três Barras
12. Comunidade Tradicional de Nativos Ilha do Mel de Nova Brasília, Farol e Praia Grande
13. Comunidade Quilombola da Família Xavier - Arapoti/PR
14. Quilombo da Restinga - Lapa/PR
15. Comunidades Quilombolas de Castro/PR
16. Fórum de povos e comunidades tradicionais de Guaraqueçaba
17. Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista
18. Comunidade Quilombola Castorina Maria da Conceição
19. ReSA Rede de Sementes da Agroecologia
20. Comunidade Quilombola Tobias Ferreira
21. Associação de Pequenos Produtores Rurais para Sustentabilidade da Mata Atlântica Filhos da Terra
22. Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e APA Federal do Rio Paraná (APIG)
23. Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná
24. MOIRPA – Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná.

25. Associação da Comunidade Negra Rural de Água Morna
26. Ekoa - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental